



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO ALAMEDA E ANTIGA ESCOLA PARA FUTURA PLATAFORMA PADRE HIMALAYA" ADJUDICADO À SOCIEDADE POR QUOTAS VITOR MOGADOURO - ARQUITETURA, UNIPessoal, LDA, DE BARCELOS. -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **7 de julho de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 19 de Junho de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Arqt.º Victor Manuel Mogadouro Gonçalves, divorciado, titular do Cartão de Cidadão n.º 07826489, natural de Moçambique, residente na Quinta da Barca, nº 109, Gemeses - Esposende, que outorga na qualidade de **único sócio e gerente** em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma "**VITOR MOGADOURO - ARQUITETURA, UNIPessoal, LDA**", com sede no Largo da Porta Nova, nºs 43/44, 3º, Barcelos, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva **513292292**, com o capital social de € 100,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes Cláusulas: -----

L.
K

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de 19 de Junho de 2015, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES PARA REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO ALAMEDA E ANTIGA ESCOLA PARA FUTURA PLATAFORMA PADRE HIMALAYA”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de **€ 74.800,00 (Setenta e quatro mil e oitocentos euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **70 dias**, seguidos, a contar da data da assinatura do contrato. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 03** – Edifícios; e **Alínea 07** – Outros. -----

- Classificação Funcional – **2460301** – **Imputação:** - **€ 46.740,00;** -----

- Classificação Funcional – **25107** – **Imputação:** - **€ 45.264,00.** -----

Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **25 de Maio de 2015**, nos termos do disposto nos n.ºs 5, 6 e 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

Sétima: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

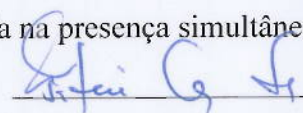
Nona: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

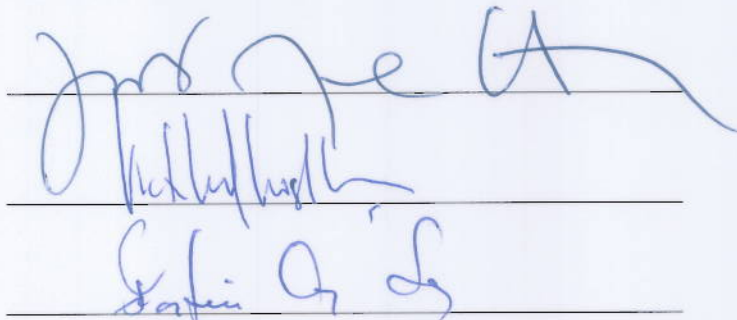
Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **11-03-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Barcelos, em **03-06-2015**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial, com o código de acesso **0116-5435-8602**, subscrita em 24-03-2015 e válida até **24-03-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram igualmente verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que os compromissos respeitantes ao presente contrato se encontram registados no sistema de Contabilidade do Município com os nsº **65/029/2015 e 66/029/2015**

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **23/2015**